

MERCADO DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM GUARAPUAVA

Silvio Roberto Stefano¹
E-mail: sstefano@usp.br
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava, PR – Brasil

Arnaldo Mazzei Nogueira²
E-mail: ajfranca@usp.br
Universidade de São Paulo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, SP - Brasil

Pierre Costa³
E-mail: alvespierre75@hotmail.com
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava, PR – Brasil

Recebido em agosto de 2007
Aprovado em fevereiro de 2008

Resumo: O presente estudo aborda os seguintes temas: os sentidos do trabalho, reestruturação produtiva, desemprego e fundamentos da empregabilidade. São importantes temas para os administradores e cientistas sociais. Portanto, este trabalho apresenta desafios da contemporaneidade, os quais trazem mudanças de conceitos, mentalidade e formas de se pensar as relações entre trabalho e emprego. Procurou-se analisar as principais dificuldades encontradas pelas pessoas na busca de emprego na cidade de Guarapuava (PR), sob a percepção dos candidatos a emprego. A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2006 com 147 (cento e quarenta e sete) candidatos a emprego com um instrumento de auto-relato. Os resultados apontaram que a maioria dos pesquisados não possuem os pilares da empregabilidade

¹ Docente do Curso de Administração/UNICENTRO, com Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina, Mestrado pela Universidade Estadual de Londrina e Doutorando em Administração pela FEA/USP.

² Docente da PUC-SP e da USP. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado, Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

³ Docente do Curso de Geografia/UNICENTRO, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

como: reservas financeiras, rede de relacionamentos e qualificação profissional. Considera-se o tema pertinente, uma vez que grandes mudanças estão ocorrendo no mundo, desafiando os seres humanos, alterando suas expectativas de vida, oportunidades de emprego, natureza do trabalho e suas experiências sociais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Trabalho. Emprego. Empregabilidade.

Abstract: The present study addresses the following subjects: the directions of labor, productive reorganization, unemployment and principles of employment capability. They are important subjects for administrators and social scientists. The research dealt with current challenges that have brought changes of concepts, mentality and ways of thinking about the relations between labor and employment. The analysis focused on the main difficulties found by people who were seeking jobs in the city of Guarapuava (PR), from the point of view of these employment candidates. The data was collected by means of a self-report instrument during the second semester of 2006 with 147 (one hundred and forty and seven) job seekers. The results indicated that the majority of subjects did not have the support of any of the pillars of employment capability, such as financial backup, a network of relationships and professional competence. The relevance of the subject is considered, provided that great changes continue occurring in the world, and they challenge human beings, modifying their expectations in life, their employment chances, the nature of labor and their social experiences.

Key words: Job market. Labor. Employment. Employment capability.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As organizações, cada vez mais, necessitam ser competitivas por meio de estratégias de gerenciamento de seu capital intelectual. Visando ao aumento dessa competitividade, é preciso, destarte; profissionais eficazes e eficientes para superar os desafios organizacionais.

A reestruturação produtiva nas organizações é decorrente do atual contexto de mudanças de culturas, de esquemas intelectuais, de convicções políticas, padrões de vida etc, pois é o período de transição entre o período da produção ao da distribuição flexível e do modelo produtivo na denominada *Era Pós-Fordista*.

O trabalho é modificado com o objetivo de ampliar as formas de extração e exploração da força de trabalho e, desse modo, de ajudar na recuperação das formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. O trabalho atípico é evidenciado em diversos tipos de organizações como na empresa enxuta, no empreendedorismo, no cooperativismo, no trabalho voluntário etc.

A flexibilização é a desregulação da relação de trabalho, com a falta de direitos. A força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. As empresas têm liberdade para desempregar trabalhadores sem penalidades. Os tipos de flexibilização são: salarial, de horário, funcional ou organizativa etc (Vasapollo, 2005).

O que motiva este trabalho é uma preocupação crescente com as questões relativas ao mundo do trabalho e que afetam, sobremaneira, a vida das pessoas e, de uma forma mais ampla, sociedade. Muito se tem falado sobre todo esse processo de transformações sociais, tecnológicas, econômicas, enfim, sobre todas as mudanças que vêm afetando países, organizações e indivíduos.

Forrester (1997) relata a existência de uma sociedade de marginalizados, nocivos, supérfluos e inúteis que não terão razão de viver e, ainda mais, poderão ser considerados como descartados em uma sociedade que terá que sustentá-los ou conviver com sua marginalidade e criminalidade. A autora critica a sociedade que produz vítimas do desemprego e ainda as faz sentir envergonhadas por estarem marginalizadas do processo produtivo como incompetentes ou incapazes de manter-se empregadas.

Assim, um dos maiores desafios do terceiro milênio é a luta contra o desemprego e a precarização dos empregos. Este panorama mostra perspectivas de pesadelo aos habitantes da aldeia global, pois a desestruturação do mundo do trabalho, que transcende fronteiras nacionais e é resultado do complexo de transformações produtivas, promove o desemprego estrutural e a precariedade do trabalho assalariado com poucas perspectivas futuras.

A crescente concorrência internacional tem obrigado as empresas a cortar custos, com o objetivo de obter preços menores e qualidade

alta para os seus produtos. Nessa reestruturação, estão sendo eliminados vários postos de trabalho, tendência que é chamada de desemprego estrutural.

A discussão foi realizada através de uma descrição evolutiva e comparativa dos temas, com o objetivo principal de analisar o mercado de trabalho no município de Guarapuava, Estado do Paraná, sob a percepção dos candidatos a emprego, no período de agosto a setembro de 2006.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Os sentidos do trabalho

Etimologicamente, trabalhar, *travailler* (francês) e *trabajar* (espanhol) têm a mesma origem do latim vulgar *tripiliare* – derivado de *tripalium*, instrumento de tortura e castigo para escravos, formado de três hastes ou paus. *Laborare* (latim) significava balançar o corpo sob uma carga pesada e, em geral, era usado para designar o sofrimento e o mau trato do escravo. Respectivamente, em inglês e em alemão, *work* e *werk* estão ligados à atividade criativa, enquanto *labour* e *arbeit* têm conotação de esforço e cansaço (ALBORNOZ, 2002).

Sennett (2000) explica que o sentido da palavra *job* (serviço ou emprego), que em inglês do século XIV significava bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro, é trazido de volta pela flexibilidade do trabalho, na medida em que as pessoas “fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida”. Assim, ao conteúdo semântico inicial de sofrer, agregou-se também o de esforçar-se, laborar, obrar.

A obra de Mills (1979) apresenta o trabalho como um instrumento de ganha-pão do homem. Pode-se dizer, pois, que nem o amor nem o ódio ao trabalho são inerentes às pessoas ou a qualquer tipo de ocupação e, deste modo, não tem um significado intrínseco.

Weber (1970) traz uma discussão entre o homem religioso e o econômico, que demonstra o empresário austero, que vivia do seu trabalho; afirma que, para Locke, a origem da propriedade individual é a fonte de todo valor econômico, base do sistema econômico liberal, desenvolvido por Adam Smith, no qual o trabalho era o elemento regulador da riqueza das nações, mas era uma atividade sem alma.

O trabalho apresenta, nas diferentes culturas, significados distintos e conteúdos que variam. Entretanto, nas sociedades civilizadas, o trabalho tem em comum duas dimensões principais: o sentido de realização de

uma obra e reconhecimento social e o significado de esforço, dor, sofrimento. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho tem duas forças que movem o homem: a luta pela sobrevivência e a necessidade de inserção social. Segundo Carmo (1997, p. 15) “pode-se definir trabalho como toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência”.

Os resultados das pesquisas realizadas pelo grupo Mow (1987), mostraram que o trabalho pode assumir desde uma condição de neutralidade até de centralidade na identidade pessoal e social. O trabalho é essencial na vida das pessoas e estas buscam, ao mesmo tempo, utilidade para essas atividades dentro da organização e para a sociedade. Também indicaram que valores como variedade na natureza das tarefas, aprendizagem, autonomia, reconhecimento e garantir a sobrevivência à segurança são fundamentais para que o trabalho tenha sentido.

O trabalho apresenta-se, assim, como uma forma de identidade do ser humano. Não é por acaso que a questão do trabalho e sua influência na vida dos indivíduos vem sendo estudada por vários autores. O homem sem trabalho, de alguma forma, passa a ser considerado - e considerar-se - à margem da vida social.

2.2 O desemprego no Brasil e no mundo

São diversas formas de desemprego no Brasil e no Mundo, dentre as quais destacam-se: i) o voluntário: onde a situação em que o desemprego é a opção do indivíduo, por considerar que é melhor ficar “parado” em função da remuneração oferecida; ii) o friccional: decorrente do desajustamento temporário entre a oferta e a procura de mão-de-obra no mercado de trabalho; iii) o estrutural: resultado de um excesso não temporário de mão-de-obra em relação às possibilidades de geração de emprego da economia e o tecnológico: decorre da adoção de novas tecnologias na atividade produtiva, provocando redução no volume de mão-de-obra empregada ou tornando obsoletas certas habilitações –fechamento de postos de trabalho (POCHMANN, 2001).

TABELA 1. DESEMPREGO NO MUNDO (PAÍSES SELECIONADOS) EM %

PAÍS/ PERÍODO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Austrália	11,5	10,0	8,8	8,8	8,7	8,2	7,4	6,7	7,0	6,5	6,0	5,4	5,0
Japão	2,4	2,8	3,1	3,4	3,4	4,2	4,8	4,9	5,2	5,5	5,5	4,9	4,6
Alemanha	9,8	10,6	10,4	11,5	12,7	12,3	11,7	10,7	10,4	10,9	11,7	11,7	12,9

(continua...)

PAÍS/ PERÍODO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	Estados Unidos	6,9	6,1	5,6	5,4	4,9	4,5	4,2	4,0	4,7	5,8	6,0	5,5
Canadá	11,2	10,3	9,6	9,7	9,2	8,3	7,6	6,8	7,2	7,7	7,6	7,2	6,8
Holanda	6,5	7,5	7,0	6,6	5,5	4,1	3,1	2,6	2,0	2,3	3,4	4,3	4,0
Espanha	22,7	24,2	22,9	22,2	20,8	18,8	15,9	14,1	13,1	11,4	11,3	10,8	9,2
Portugal	5,6	6,8	7,2	7,3	6,8	5,0	4,4	3,9	4,1	5,1	6,4	6,7	7,6
Itália	9,7	10,6	11,2	11,2	11,3	11,3	11,0	10,2	9,1	8,6	8,5	8,1	7,7

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (2007)

A tabela 1 apresenta o desemprego em diversos países selecionados em % da população economicamente ativa. Observam-se índices acima de dois dígitos em países centrais. Ressaltam-se os casos da Espanha e Alemanha. Em relação ao primeiro país, contata-se uma diminuição do desemprego, principalmente devido ao crescimento do turismo e pequenos negócios neste país. Já a Alemanha teve um ligeiro crescimento no número de desemprego, isto pode ser em decorrência da expansão da tecnologia na indústria automobilística e do crescimento de imigrantes de outros países.

De acordo com dados da OIT (2007), no Mundo existem aproximadamente 195,2 milhões de desempregados, o equivalente a 6,3% de sua força de trabalho. O número de pessoas trabalhando representava, no mundo, 2,9 bilhões em dezembro de 2006. Assim, a taxa de desemprego do ano passado permaneceu praticamente inalterada em relação à de 6,4% registrada em 2005. A tendência se repetiu na América Latina, onde a taxa de desemprego passou de 8,1% em 2005 para 8% no ano seguinte.

Para a OIT, o crescimento econômico na última década foi causado por um aumento de produtividade, e não de postos de trabalho. Enquanto a taxa de produtividade cresceu 26% nos últimos dez anos, o número de empregos aumentou apenas 16,6% (OIT, 2007).

TABELA 2. DESEMPREGO NO BRASIL – 2002-2006

Ano	Taxa de desemprego (%)
2002	11,7
2003	12,3
2004	11,5
2005	9,8
2006	10,0

Fonte: IBGE e IPEA (2007)

A taxa de desemprego reflete as pessoas saudáveis (aptas) e buscando trabalho e não encontram ocupação à taxa de salários vigentes

(CHAHAD, 2004). Entre 2002 e 2004, a taxa de desemprego apresentou índices expressivos, entre 11,5 a 12,3%, em relação aos países selecionados e apresentados na tabela 1. A média de taxa de desemprego entre 2002 a 2006 foi de 11,06% (Não utilizou-se dados referentes à década de 1990, pois durante o período houve mudança de metodologia na obtenção das taxas de desemprego, dificultando a comparação com a atual década). O Brasil caracterizou-se pelo crescimento acelerado das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares elevados, de acordo com a figura 2. Ao mesmo tempo, agravaram-se as condições de trabalho, com expansão de contratos fora da legalidade, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros.

No Brasil, há duas metodologias para medir a taxa de desemprego: a do Seade/Dieese e a do IBGE. Enquanto o primeiro adota um enfoque de mercado de trabalho heterogêneo, considerando como desemprego inúmeras situações tradicionalmente classificadas como subemprego, o IBGE enquadra essas mesmas ocupações como atividades econômicas produtivas, excluindo-as, portanto, do rol dos desempregados (CHAHAD, 2004).

De acordo com o IBGE (2007), ao longo de 2005, as estimativas para a taxa de desocupação ficaram sempre abaixo da taxa de desocupação registrada nos mesmos meses dos dois anos anteriores e, embora durante o segundo semestre de 2005, tenha se mostrado estável, a média do ano foi menor que nos anos anteriores, situando-se em 9,8%.

Apesar da alta na taxa média em 2006, o IBGE (2007) considerou a variação de 0,2 ponto percentual para cima no ano passado em relação a 2005 como estabilidade estatística. Houve incremento de 3,8% no número de trabalhadores com carteira assinada frente a 2005.

O ano de 2006 foi um ano de pequena geração de postos de trabalho e o nível de ocupação cresceu 2,3% ante o ano anterior e fez com que o mercado não se diferenciasse em termos quantitativos do cenário de 2005.

O desemprego é um ponto fundamental na análise das ações futuras nos diversos países. A questão da ausência de emprego começa a tomar dimensões preocupantes, menos talvez em função dos números cada vez maiores apontados pelas estatísticas, mas porque começa a atingir países de primeiro mundo e profissionais mais qualificados. O desemprego, portanto, não se constitui um problema apenas do Brasil ou de países periféricos e semi-periféricos, mas já ocupava a ordem do dia em todos os países centrais.

2.3 Precarização do Trabalho

Os impactos das transformações pelas quais vem passando o mundo, do ponto de vista econômico, tecnológico, político e social, têm levado a mudanças na estrutura ocupacional e deslocamentos setoriais. Ocupações desaparecem, outras são reformuladas e novas são criadas. Diante de tantas mudanças, o emprego também passa por redefinições profundas, pois a economia global mudou, as empresas mudaram e o emprego também.

Para De Masi (2001), os fatores de avanço da sociedade pós-industrial são a ciência, a tecnologia, a globalização, o progresso organizativo, a escolarização e a mídia de massa. O grande salto do período industrial para o pós-industrial deve-se às descobertas da física atômica, biotecnologia, avanço nos meios de transporte e comunicação, criação de novos materiais, ascensão da eletrônica, da informática e da telecomunicação.

Os países centrais do capitalismo como Estados Unidos e diversos países da Europa Ocidental passaram por mudanças nas relações no trabalho como o Taylorismo, o Fordismo, o Regime de Acumulação Flexível e atualmente com o Processo de Precarização do Trabalho. Kremer e Faria (2005) definem a Precarização no Trabalho como a degradação das condições de trabalho e emprego e é utilizado em relação ao trabalho informal.

No Brasil, observa-se no final de 1970 e início dos anos 1980 os Círculos de Controle de Qualidade e sem investimentos expressivos em novas tecnologias e sem alterações nas formas de organização do trabalho. Na metade da década de 1980 até o seu final, com a inserção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho. No início da década de 1990 houve esforços nas estratégias organizacionais, novas formas de gestão do trabalho, início da flexibilização do trabalho e o envolvimento com a qualidade e produtividade. Nos anos 2000 ocorreu o desmanche das estruturas verticais de produção, mediante processo de terceirização e subcontratação (KREMER; FARIA, 2005).

TABELA 3. ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO NO BRASIL: PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (2001-2004)

Posição na Ocupação	2001		2002		2003		2004	
	Números Absolutos	%						
Empregados	40.932.487	54,2	42.844.837	54,3	43.601.293	54,4	46.269.567	55,9
Trabalhadores domésticos	5.891.227	7,8	6.110.060	7,7	6.154.621	7,7	6.415.209	7,7

(continua...)

Posição na Ocupação	2001		2002		2003		2004	
Trabalhadores por conta própria	16.832.995	22,3	17.570.905	22,3	17.909.563	22,3	18.015.385	21,8
Empregadores	3.183.746	4,2	3.351.629	4,2	3.363.202	4,2	3.430.993	4,1
Trabalhadores não-remunerados	5.584.228	7,4	5.805.342	7,4	5.664.891	7,1	5.407.550	6,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2.882.819	3,8	3.124.343	4,0	3.352.368	4,2	3.178.995	3,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	147.249	0,2	149.082	0,2	117.543	0,1	99.212	0,1
TOTAL	75.458.172	100,0	78.958.866	100,0	80.163.481	100,0	82.816.911	100,0

Fonte: IBGE, PNAD, DIEESE (2007)

A tabela 3 apresenta a estrutura de ocupação no Brasil de acordo com os dados do IBGE (2007) e DIEESE (2007). Nesse sentido apresenta-se uma evolução no número de componentes do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2004 em 9,75%. O destaque positivo encontrado foi na posição de ocupação dos empregados onde o crescimento foi de 13,04%, isso pode ser em decorrência do crescimento dos empregos formais e informais no período. Por outro lado, os trabalhadores na construção para o próprio uso decresceram em 32,67%.

As tendências mundiais da força de trabalho, segundo Chahad (2004) são: a taxa de participação masculina é maior que a feminina; a participação adulta é maior que a participação jovem ou idosa; e a participação feminina tende a crescer com o desenvolvimento econômico.

2.4 Fundamentos da empregabilidade

Ao se questionar sobre a nova roupagem dos empregos, suas causas e seu desaparecimento da forma tradicional, encontra-se um desafio. Apontar alternativas para superá-los, é contribuir assim, para a melhoria da qualidade de vida e diminuição das desigualdades sociais, visando a uma sociedade mais justa. As mudanças atuais como a globalização e a era do acúmulo e da diversidade de informações nos permite examinar essas novas relações de trabalho.

Rifkin (1995) trata do fim dos empregos formais de carteira assinada. Dessa mudança, duas sociedades preponderantes podem emergir: uma da elite da informação, controladora da economia mundial e outra dos trabalhadores desprovidos de perspectivas e esperanças em possuir empregos em um cenário tão obscuro e tenebroso.

A globalização, a autonomia e a desregulamentação estão provocando o fim da era dos empregos. De uma etapa da revolução industrial, no século XIX, passou-se direto para outra, a da marginalização. Em lugar da propagação da prosperidade e desenvolvimento, ocorre a mundialização da miséria e a escassez de empregos (STEFANO; PEREIRA, 2000).

Nessa mesma linha, Bridges (1995) afirma que o emprego tradicional está desaparecendo e que ele não é a única maneira pela qual as pessoas podem ganhar bem a vida. Ele conclui que as mudanças e a transformação do trabalho devem-se, entre outros fatores, à informatização do ambiente de trabalho, ao negócio dos dados e informações e à tecnologia das comunicações como sua multiplicadora.

Nessa mesma linha de raciocínio, Rifkin (1995) demonstra a mudança dos empregos do início do século até os dias atuais, ressaltando a terceira revolução industrial, na qual encontramos as máquinas de alta tecnologia e o grande debate da automação, causando o declínio acentuado da força de trabalho global, dos empregos tradicionais como o agricultor, o operário, o bancário, entre tantas outras profissões.

A globalização da economia e o uso da tecnologia intensiva trouxeram avanços inegáveis, desde a melhoria da qualidade de produtos e serviços a menores preços, como a diversificação e facilidades para nosso dia-a-dia. Porém, o conjunto dos homens não pode ser descartado, pois o fim dos empregos significa algo dramático e tem conseqüências perigosas. O atual período engloba a economia virtual, em que a liberdade de mercado está mascarando outra, puramente especulativa, uma economia de cassino.

Nessa nova realidade, cada vez menos empregos serão criados, mas continuamos amparados nos conceitos e critérios relativos ao emprego e à própria economia do século XIX.

De acordo com Rifkin (1995), a diminuição da jornada semanal de trabalho possibilitaria melhoria da qualidade de vida dos empregados, com mais tempo para o estudo e lazer e de outro lado a possibilidade da criação de mais empregos formais na sociedade, situação já experimentada na França e em diversos países da Europa.

O mesmo autor nos diz que novas maneiras de propiciar renda e poder aquisitivo precisarão ser implementadas, principalmente no terceiro setor, para ajudar na restauração das comunidades e na construção de uma cultura sustentável.

A obra apresentada por Minarelli (1995) destaca que o fim dos empregos não significa o término do trabalho, havendo uma diferenciação entre eles: o primeiro tem um valor fundamental e eterno, ou seja, o vínculo tradicional, e o segundo é apenas uma forma de usar o trabalho cujo desaparecimento ocorre em função do sistema atual.

Completa acrescentando que empregar é o ato de dar emprego, dar colocação, ocupar-se, aproveitar os serviços e atividades de alguém. Ser admitido em um emprego, público ou particular, é Empregabilidade (Employability), ou seja, é a condição de dar emprego, a habilidade de ter emprego.

Como alternativas, propõe, de um lado, a diminuição da jornada semanal de trabalho, e, de outro, o trabalho empreendedor ou autônomo, este último baseado nos pilares da empregabilidade.

Os autônomos têm vantagens e encargos. A autonomia obriga o profissional a cuidar de sua formação e de seu aperfeiçoamento; a estar em dia com as novidades do mercado e da profissão, bem como a empresariar seu próprio talento, a vender o seu serviço. Por isso, segundo Minarelli (1995), o melhor negócio é parar de pensar como empregado e começar a pensar como alguém que presta serviços e pode ser solicitado para cumprir determinada tarefa. A questão é que o pensar e agir como empregado foi forjado dentro de uma educação formal e escolar cujo interesse atendia àqueles que empregavam. Hoje, para virar a moeda, não basta o empregado mudar de idéia, é preciso mudar toda uma concepção de educação numa sociedade que prometia a integração social a partir do pleno emprego.

Minarelli (1995) propõe que todas as pessoas com idade economicamente ativa deveriam buscar os pilares que sustentam a empregabilidade. Funcionam em conjunto, são sua base. A união de todas elas dá segurança ao profissional, confere a capacidade de gerar trabalho, de trabalhar e de ganhar.

3 METODOLOGIA

O estudo realizado foi exploratório. De acordo com Mattar (2000, p. 18), “a pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”. Foi

descritivo, pois foram aplicados questionários objetivos de auto-relato, contendo trinta e seis questões, onde as primeiras vinte e duas visavam identificar o perfil dos candidatos a emprego, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e os pilares da empregabilidade adaptado de Minarelli (1995); as dez questões seguintes objetivavam analisar a importância das competências individuais para os sujeitos pesquisados; e as quatro últimas questões identificavam os dados gerais dos respondentes.

Foi realizado um pré-teste antes da aplicação do instrumento de pesquisa com três candidatos a emprego, para verificar sua confiabilidade e entendimento. Os dados foram processados no Excel, em forma de tabelas, baseando-se em métodos estatísticos; depois foram analisados, refinando-se os dados relevantes.

A pesquisa foi realizada de uma única vez, visando atender a determinados objetivos. O levantamento de dados foi realizado nos meses de Agosto e Setembro de 2006, sem considerar a evolução do tempo, sendo, portanto, de corte ocasional.

O local de coleta dos dados foi a agência do trabalhador do município de Guarapuava e contou com a participação de 150 candidatos a empregos. Dos questionários aplicados foram válidos 147.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

São apresentadas as análises da pesquisa de campo que visava responder a os objetivos do estudo sob a percepção dos candidatos a emprego no município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Em relação à situação de trabalho, incluíram-se alternativas como: primeiro emprego, candidato empregado, autônomo, empresário e desempregado. A maioria dos respondentes encontrava-se desempregada. Um fato relevante é que 20% estão empregados, são autônomos ou empresários procurando outras ocupações. Pode-se inferir que querem mudar de atividade ou complementar a renda.

Outro aspecto considerado foi se o pesquisado já havia trabalhado com carteira assinada. Constatou-se que a maioria dos entrevistados (79%) trabalhou com carteira assinada. Porém, verificou-se um grande percentual que não trabalhou (21%), evidenciando-se a grande informalidade nas relações de trabalho ou o fato de se tratar do primeiro emprego.

Em relação ao tempo desempregado, verificou-se que 80% estão desempregados há meses ou anos, demonstrando o alto índice de desempregados na cidade e o expressivo tempo para reingressar no mercado de trabalho.

Sobre a função exercida no último emprego, percebeu-se que somente 5% dos candidatos ocuparam cargos de gerência ou supervisão; a grande maioria dos desempregados teve como última função atividades de auxiliar geral ou outros, ocupando empregos operacionais nas últimas empresas.

Outro aspecto analisado foi o tempo de permanência no último emprego. Observou-se que 40% dos respondentes possuíam alguns anos de permanência no emprego, demonstrando que somente experiência profissional não é garantia de trabalho.

Em relação ao motivo pela escolha da área, verificou-se que a maioria dos candidatos está disposta a aceitar qualquer tipo de emprego, seja pela necessidade ou pela falta de qualificação, pois para a maior parte o motivo que o leva a buscar emprego em uma determinada área é o fato de estar desempregado.

Outro aspecto considerado foi o ramo de atividade pretendida. Constatou-se que a maioria dos respondentes pretende trabalhar em indústrias (33%), pois grandes empresas têm mais condições de oferecer benefícios e planos de carreira. Os outros ramos são: comércio (29%), prestação de serviços (23%) e outros (15%).

Sobre os fatores que atrapalham na entrevista, verificou-se que são diversos os fatores que dificultam a entrada das pessoas no mercado de trabalho, pois quase 60% dos entrevistados vêem a falta de qualificação como a principal causa. Apesar das crescentes exigências do mercado, notou-se ainda um grande número de pessoas sem preparo e sem condição para ingressar neste mercado cada vez mais competitivo. A aparência e pontualidade somam 34% dos fatores que atrapalham na entrevista.

Em relação ao preparo para a entrevista, observou-se que 76% dos entrevistados se consideram pouco e razoavelmente preparados, ou seja, candidatos a emprego não se preparam para o processo de seleção das empresas, podendo ocasionar não preenchimentos das vagas.

Outro aspecto analisado foi a restrição de crédito. Notou-se que a maioria dos entrevistados não possui restrição de crédito. Apesar de estarem procurando emprego, mantêm situação financeira equilibrada. Porém, 34% estão com restrição o que dificulta a entrada no mercado de trabalho, pois, segundo Minarelli (1995, p. 49), um dos pilares que sustentam a empregabilidade é a idoneidade e a credibilidade.

Sobre a realização de check-up médico nos últimos 12 meses, verificou-se que a maioria dos pesquisados (60%) fez *check-up*, porém boa parte dos entrevistados não procurou auxílio médico, possivelmente por não ter acesso a um plano de saúde por estar desempregado, sendo um dos pressupostos da empregabilidade.

Em relação à rede de contatos para auxílio na inserção no mercado de trabalho, verificou-se que a maioria (58%) não possui uma ampla rede de relacionamento. Atualmente, um conceito em voga é o *Networking* (rede de relacionamentos), ou seja, uma pessoa deve manter boa rede de relacionamentos para facilitar a inserção no mercado de trabalho, através desses contatos.

Outro aspecto analisado foram as reservas financeiras para períodos de dificuldades. Observou-se que, entre os respondentes, 68% não possuem reserva financeira, ficando sujeito a aceitar qualquer emprego. Culturalmente, não há uma preparação para os momentos que uma pessoa fica desempregada. Para Minarelli (1995), essa reserva financeira é mais um dos pilares que garantirão a empregabilidade de uma pessoa e sua escolha da melhor opção de empregos.

A respeito do número de horas em cursos, treinamento, palestras, seminários, congressos nos últimos 12 meses, constatou-se que 46% dos entrevistados investiram acima de 40 horas em atualização profissional, o que denota uma preocupação com sua qualificação profissional nos últimos 12 meses. Diversos cursos têm sido oferecidos gratuitamente pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE e Secretaria Estadual de Relações do Trabalho -SERT.

Sobre o motivo da falta de participação em cursos, treinamentos, palestras, seminários e congressos, observou-se que, das pessoas que não participaram de nenhum tipo de curso ou treinamento, a maioria (56%) alega falta de dinheiro, evidenciando a deficiência em políticas públicas eficientes que garantam o acesso a esses cursos e a igualdade entre as pessoas para competir no mercado de trabalho.

Em relação à prática de plano de cargos e carreira pela última empresa que trabalhou, constatou-se que as empresas não estão totalmente organizadas em termos de Recursos Humanos, pois a maioria (69%) não possui plano de carreira, sendo um fator de desestímulo ao trabalhador que planeja sua carreira e busca oportunidade de crescimento na organização.

A respeito das formas de seleção adotadas pela empresa no último emprego, verificou-se que a entrevista (63%) e a análise de currículo

(17%) ainda são as formas mais utilizadas para o processo de seleção das empresas. Mas, como descrito anteriormente, a grande maioria (76%) se sente pouco preparada para a entrevista, podendo dessa forma não ser selecionada no processo de seleção.

Em relação à forma de procura de emprego, ficou evidenciado que as agências de empregos (75%) desempenham um papel muito importante para a divulgação de vagas no mercado de trabalho, sendo a forma mais procurada na busca do emprego, como o SINE e agências particulares.

Sobre a utilização de internet para envio de currículo, verificou-se que a grande maioria (77%) não costuma utilizar a *internet* na procura de um emprego, provavelmente pelo fato de não ter acesso, pois a *internet* ainda é considerada privilégio de poucos.

A respeito das causas do desemprego no município de Guarapuava, observou-se que a maioria (39%) dos respondentes acha que a causa do desemprego está na grande exigência das empresas para inserção no seu quadro de pessoal. Normalmente a remuneração não condiz com essa exigência, alavancando o número de desempregos.

Em relação aos empecilhos à contratação de novo empregado, constatou-se que dentre os entrevistados, a maioria (45%) entende que o que mais dificulta a contratação de um novo empregado no mercado de trabalho é a falta de qualificação profissional, demonstrando a consciência da importância deste fator.

TABELA 4. COMPETÊNCIAS (CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES) E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EMPREGABILIDADE

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância
Conhecimento escolar	76%	21%	3%	0%
Conhecimento de atualidades	52%	41%	7%	0%
Conhecimento de informática	56%	35%	6%	3%
Visão global	36%	50%	13%	1%
Tomar decisões	53%	44%	2%	1%
Interagir com pessoas	51%	45%	3%	1%
Trabalhar em equipe	67%	25%	5%	3%
Postura profissional	47%	43%	7%	3%
Apto a mudanças	43%	50%	6%	1%
Iniciativa para trabalho	72%	27%	1%	0%

Fonte: Entrevistas realizadas durante pesquisa de campo.

A tabela 4 apresenta os resultados das competências relacionadas e seu grau de importância. Observa-se, em relação aos conhecimentos, que o item formação acadêmica é a variável mais assinalada pelos pesquisados. Em

relação à importância das habilidades requeridas, os respondentes afirmaram que a mais importante é trabalhar em equipe, seguida de tomar decisões e a interação com as pessoas. As atitudes mais importantes para os pesquisados é ter postura profissional e estar apto a mudanças. A variável menos considerada foi de ter visão global. Isso pode ser decorrente da perspectiva de trabalho operacional dos candidatos a emprego.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procurou-se apresentar uma leitura integrada de artigos científicos produzidos sobre os sentidos do trabalho, reestruturação produtiva e mercado de trabalho, fundamentos da empregabilidade e o papel do administrador, onde observam-se concepções e entendimentos diferenciados sobre os temas.

A revisão desse conjunto de trabalhos demonstra a importância dos assuntos discutidos a fim de apontar alternativas para a era do fim dos empregos e, portanto, torna-se necessário estudar a relação entre trabalho e emprego na sociedade atual.

De acordo com Antunes (1999), a busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade, realizando um debate extremamente interessante na perspectiva das diferenças das classes econômicas existentes na estrutura da sociedade brasileira.

O mesmo autor aponta algumas alternativas para diminuir o impacto do fim dos empregos, a saber: 1-) A luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho em escala mundial. Lutar pela redução do trabalho visando, no plano mais imediato, minimizar o brutal desemprego estrutural, consequência da lógica destrutiva do capital e de seu sistema; 2-) O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, significa uma desefetivação, des-realização e brutalização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho.

Porém, essa luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho sem redução de salário é muito diferente de se flexibilizar a jornada. O empreendimento “societal” por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo,

convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema social desigual e injusto.

Nesse contexto, Singer (2000) apresenta um conjunto de soluções “não-capitalistas” para o desemprego, propondo a necessidade de se oferecer à massa dos socialmente marginalizados uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa.

Esta nova realidade poderá ser através da criação de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, com uma determinada “proteção” governamental por um período específico. Essa condição é indispensável, pois os ex-desempregados necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e conquistar clientes, tornando-se competitivos.

Este novo setor poderia ser formado por cooperativas de produção e consumo; quanto maior o número delas, mais chances de sucesso. É de fundamental importância o apoio e patrocínio do poder público municipal, estadual e federal, dos sindicatos, das entidades empresariais e dos movimentos populares.

Dessa forma, a economia solidária representa uma alternativa interessante; é necessário, pois, organizar o sistema produtivo em grande escala sem ser pelo molde do grande capital, e sim através das cooperativas de produção e consumo. Faz-se necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa e oferecer a elas possibilidades de cooperação e intercâmbio que aumentem suas probabilidades de êxito, conhecida como economia solidária.

Singer (2000) explica que a luta clássica contra o desemprego, através da redução da jornada de trabalho, é extraordinariamente difícil, embora não deva ser abandonada, pois no processo de reestruturação, a redução da jornada eleva o custo do emprego assalariado, induzindo várias empresas a optar por formas mais baratas e mais precárias de adquirir força de trabalho, como o trabalho informal e a terceirização.

Uma das estratégias para superar o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer o mercado formal de trabalho, com um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda, seria a construção da economia solidária. Ela prega uma nova forma de organização da produção, podendo gerar novos postos de trabalho, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente, representando, assim, uma alternativa viável e real, tornando-se competidora do grande capital em

diversos mercados, traduzindo-se numa oportunidade de superação desse cenário obscuro e sombrio.

Os administradores e cientistas sociais do terceiro milênio devem desempenhar, neste cenário, um papel de agentes de intervenção e formadores de opinião na sociedade, com o objetivo de buscar saídas e caminhos, contribuindo para a melhor distribuição de renda, geração de empregos e por conseguinte a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Isto só será possível se exercitarmos a crítica sobre tudo o que nos é apresentado e procurarmos caminhos alternativos para a era do fim dos empregos.

Portanto, este trabalho apresenta desafios da contemporaneidade, os quais trazem mudanças de conceitos, mentalidade e formas de se pensar as relações entre trabalho e emprego. Desta maneira, podemos concluir que cada autor, dentro de sua especificidade, demonstra maneiras complementares de se pensar e estudar os temas discutidos.

Parafraseando Ricardo Antunes, portanto, a sociedade tem que produzir coisas úteis para todos e não valores de troca para poucos.

7 REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BRAVERMAN, H. Trabalho e gerência. In: *Trabalho e capital monopolista, a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BRIDGES, W. *Um mundo sem empregos: os desafios da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Makron Books, 1995.

CARMO, P. S. *A ideologia do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CHAHAD, J. P. Z. (Org.) *Mercado de trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais*, São Paulo: Ltr, 2004.

DE MASI, D. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. 6. ed. Rio de Janeiro: UNB, 2001.

DIEESE – Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/>> Acesso em: 29 mar. 2007.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

STEFANO, S. R.; NOGUEIRA, A. M.; COSTA, P.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 jan. 2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt028.htm>> Acesso em: 04 jan. 2006.

KREMER, A.; FARIA, J. H. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. *Revista Administração*. São Paulo, v. 40, n. 3, p. 266-279, jul./ago./set. 2005.

LEITE, M. P. A. Qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. In: *Novos Estudos*, n. 45 – julho de 1996.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MILLS, C. W. *A nova classe média – white collar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MINARELLI, J. A. *Empregabilidade: o caminho das pedras*. São Paulo: Gente, 1995.

OIT – Organização Internacional do Trabalho - <http://www.oitbrasil.org.br/> Acesso em 29 mar. 2007.

POCHMAN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Bontempo, 2001.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SENNET, R. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

STEFANO, S. R.; NOGUEIRA, A. M. Tendências do trabalho atípico no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, Salvador, 2006. *Anais...* Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2006.

STONER, J. A. F., FREEMAN, R. E. *Administração*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.